

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense

Class.: 654

Data: 27.01.88

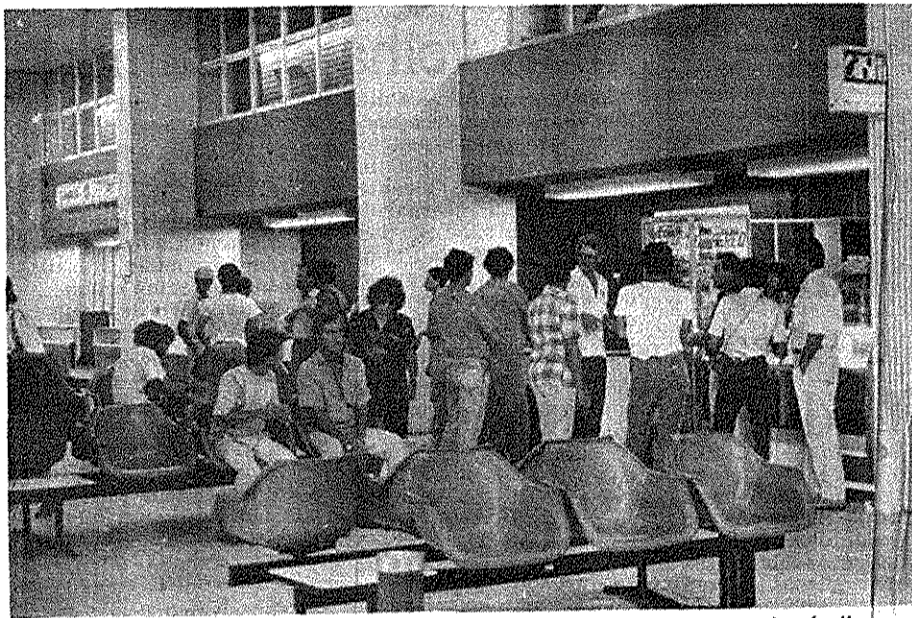
Pg.: _____



Os pilotos também descobriram o seu filão de ouro: mais de 70 ficam todo o dia no aeroporto, à espera de viagem para a área dos Yanomami

Os Yanomami à beira do genocídio

Garimpeiros invadem as suas terras atraídos pelo ouro e diamante



Aeroporto de Boa Vista: de lá os garimpeiros vão para a terra dos índios

CARLOS HONORATO
Especial para o CORREIO

Boa Vista — De um lado, cerca de 10 a 12 mil garimpeiros na busca do ouro. Do outro, aproximadamente 6 mil índios da tribo Yanomami com baixo grau de aculturação que vivem em Roraima, concentrados próximo da fronteira com a Venezuela, em terras ricas em ouro, cassiterita, cobre, alumínio e diamante. A invasão começou no final do ano passado, quando garimpeiros vindos de Itaituba (Pará) e Rio Madeira (Rondônia) chegaram a Boa Vista, visando à exploração de ouro nas terras dos índios Yanomamis.

Só que dentro deste quadro existe uma triste realidade, diz um dos coordenadores da Comissão pela Criação do Parque Yanomami, Carlos Zacquini: "O mínimo que poderá acontecer será um genocídio a curto prazo". E mais: os garimpeiros estariam sendo usados por grupos interessados em transformar a invasão — a exploração de ouro nas terras dos Yanomamis foi proibida pela Funai no passado — em um fato consumado, criando assim um problema de difícil solução.

Recentemente, o Governo do Território Federal de Roraima assinou um convênio com a Fundação Nacional do Índio (Funai) para proteger as áreas onde seriam feitas as demarcações das terras indígenas. Só que nada está sendo cumprido. Um dos itens do convênio seria de que a Força Aérea Brasileira ficaria responsável pela proibição de pouso de aviões em terras dos Yanomamis, mas o controle não existe.

Isto possibilitou a invasão de mais de 70 pilotos que hoje ficam todo o dia no aeroporto de Boa Vista à espera de uma viagem para um dos garimpos na região dos índios Yanomamis. "A invasão é tão grande", diz Carlos Zacquini, "que ontem faltou combustível para os aviões. Mas o garimpo é a nossa salvação", confessa um dos pilotos que leva garimpeiros para as áreas dos índios. Só que Zacquini garante: "A Funai tem que retirar os garimpeiros da

área imediatamente, caso contrário os Yanomamis serão dizimados, através de epidemias trazidas pelos homens brancos". E faz um alerta: "Pode haver um massacre, igual ao ocorrido em agosto do ano passado, quando garimpeiros executaram quatro índios. Após terem assassinado os índios, eles ainda esfaquearam e espancaram os cadáveres. Foi uma terrível brutalidade".

A GARIMPAGEM

Mas o presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal, José Altino Machado, garante que não existe ameaça de conflito entre os garimpeiros e os índios. "Todos são brasileiros e querem apenas desenvolver o País". E pergunta: "Será que é só os estrangeiros que podem penetrar na terra dos índios para a exploração de riquezas?" Altino Machado diz também que na serra de Surucucu só vive cobra e tem um potencial de exploração para 30 ou 40 mil homens durante mais de 10 anos. E mais: existe até uma mina de carvão mineral que já pode ter virado cinza, pois não foi explorada a tempo.

Os garimpeiros, todos em terras indígenas, estão situados a oeste do Território Federal de Roraima, a 300 quilômetros de Boa Vista. O principal garimpo é o de Paaplu, que possui uma pista de 800 metros, onde pousam os mais de 70 aviões baseados no aeroporto de Boa Vista. O percurso para se chegar até os garimpos não é fácil. Após chegar no Paaplu, os garimpeiros precisam tomar um outro avião — monomotor — para chegar até os garimpos de Cruzado Novo e Cambalacho.

Mesmo assim, os garimpeiros tomaram a serra Couto Magalhães e já estão chegando na cabeceira da serra de Surucucu, área pretendida pela Fundação Nacional do Índio para a criação do Parque Indígena Yanomami. Com a chegada dos garimpos a esta área é possível que haja uma completa dizimação dos indígenas, pois não são aculturados e têm poucos contatos com os brancos.



Altino, o garimpeiro

Acusação a um bispo polêmico

Boa Vista — O bispo diocesano de Roraima, o italiano dom Aldo Mongiano, é hoje uma das figuras mais atacadas por produtores rurais, garimpeiros e outros segmentos da sociedade de Boa Vista. O motivo é um só: ele seria o "homem-chave" de todos os conflitos registrados no território de Roraima entre índios, garimpeiros e fazendeiros. Ele foi procurado no início da semana na prelazia de Boa Vista, mas estava em "viagem particular" para Curitiba, segundo informou um funcionário.

As acusações contra Mongiano têm por base um dossiê, a partir de um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI), preparado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional sobre a vida do bispo, que está entre os documentos enviados à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que apura as denúncias publicadas pelo jornal O Estado de São Paulo. O dossiê garante que dom Aldo vem transgredindo a Lei dos Estrangeiros.

Assim, o Conselho de Segurança Nacional propõe ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, que seja feita uma ampla investigação sobre as atividades do religioso, o que poderá até chegar a um inquérito para a sua possível expulsão do Brasil. Ainda segundo o documento, o bispo "é passível de expulsão por atentar contra a segurança nacional, a ordem política e social e a tranquilidade pública". Diz ainda que existem "depósitos registrados no Congresso Nacional, relativo à época em que atuava como bispo em Mocimboque, que o identificam como extremo agitador chegando até a se dedicar ao tráfico de armas para guerrilheiros, além da orientação ideológica.

Em outro trecho o documento ainda é mais contundente. Relata que a questão indígena no território de Roraima, onde existe o maior contingente do País, oferece sérios riscos para a soberania nacional, responsabilizando principalmente a Igreja Católica, através da CNBB e de seu organismo específico, o Conselho Indigenista Missionário, o Cimi.

A resposta de dom Aldo Mongiano foi publicada no jornal Folha de Boa Vista. Ele garante: "Não é subversão o que faço em defesa da causa indígena; tudo isso que consta no documento é mentira e inventado por pessoas que residem em Roraima". Mongiano acrescentou que não está transgredindo a lei dos estrangeiros e desafia qualquer autoridade a provar que isso vem acontecendo. Finalizando, dom Aldo responde às acusações de que seria contrário à implantação do Projeto Calha Norte e diz: "Nunca me declarei contra o Projeto, apenas tenho algumas restrições sobre a causa indígena". E resume: "É dever do Estado proteger suas áreas de fronteira".

Longa espera pelo parque

Boa Vista — Os pedidos para a criação do Parque Indígena Yanomami já são antigos, mas o Governo nunca levou a sério. Ainda no governo passado, dois antropólogos da Academia Francesa — Claude Lévi-Straus e Jacques Soustelle — e mais 44 integrantes da comunidade científica internacional encaminharam ao então presidente da República, João Baptista Figueiredo, uma petição pedindo a criação do parque. E os signatários explicaram: "É com extrema preocupação que vimos acompanhando nos últimos anos a situação dos índios Yanomami vítimas de graves epidemias e repetidas invasões de seus territórios... Considerando os perigos do indefinido prolongamento de uma situação legal tão precária, apelando no sentido de que a demarcação seja concretizada, através da criação de um parque indígena amplo e contínuo".

Na ocasião, o então presidente da Funai, Jurandy Fonseca, enviou a um grupo de trabalho, integrado pelo Conselho de Segurança Nacional, a proposta de criação do Parque Yanomami. A criação do parque mereceu parecer favorável de uma missão especial que visitou Roraima. A comissão foi integrada por representantes do Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e Departamento de Segurança e Informações do Ministério de Interior e Funai.

Até hoje, embora haja consenso nas áreas go-

vernamentais sobre a necessidade de se criar o Parque Yanomami, setores do Conselho de Segurança Nacional temem uma "perda de soberania nacional" com a demarcação de uma área habitada por índios, cuja maioria não tem qualquer contato com a sociedade nacional, sob influência de missionários quase sempre de origem estrangeira, sendo que muitos usam suas atividades para usufruir do minério extraído de forma precária pelos índios.

O temor desses setores do Governo tem sido o grande empecilho na definição da situação jurídica do território, porque as áreas ocupadas por esses índios se localizam na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. Como o lado de lá da fronteira há também índios Yanomami, num total de oito mil pessoas, o CSN se preocupa com a repetição do problema dos índios Guajirás entre Venezuela e Colômbia que, a partir da delimitação da área, formaram um "território livre", exatamente na fronteira dos dois países.

Só que a solução começa a ser encontrada com a instalação de postos do Projeto Calha Norte que fiscalizaram qualquer invasão do território brasileiro e da área indígena. A questão está colocada no relatório da comissão que visitou o território federal de Roraima. No relatório, os militares sugerem a implantação de elementos necessários para "atender aos princípios assistenciais gerais de segurança".